



# CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ, ESTADO DO PARANÁ, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2026.

**MESA EXECUTIVA:**

**JORGE TORQUATO JUNIOR**

**NEUZA COSTA SOUZA**

**RAIDAR AHMAD ALI CHEHADE “ad hoc”**

Aos doze dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Assaí, Estado do Paraná, à hora regimental, no Anfiteatro do Centro Estadual de Educação Profissional Profª Maria Lídia Cescato Bomtempo – CEEP, situado na Rua Edgar Bardal s/n, presentes os Senhores Vereadores: ALESSANDRO CEZAR TORQUATO, CARLOS JÚNIOR DA SILVA, CLÉSIO CARLOS CRUZ, JORGE TORQUATO JUNIOR, NEUZA COSTA SOUZA, PAULO HARA, RAIDAR AHMAD ALI CHEHADE, ROSANO CUSTÓDIO e ausente o vereador PAULO CEZAR MIYAZAKI, cujos nomes constam da Folha de presença em anexo, realizou-se a DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ, sob a presidência do Senhor Vereador JORGE TORQUATO JUNIOR e Secretariado pelos Vereadores Neuza Costa Souza e Raidar Ahmad Ali Chehade “ad hoc”. E por estar em número legal e sobre proteção de Deus o senhor Presidente declarou aberta a sessão. O Senhor Presidente, Vereador Jorge Torquato Junior, iniciou a sessão convocando a Vereadora Neuza Costa Souza para assumir a Primeira Secretaria e o Vereador Raidar Ahmad Ali Chehade para a Segunda Secretaria “ad hoc”. Em seguida, convidou o Vereador Paulo Hara para proceder à leitura bíblica. O Vereador Paulo Hara realizou a leitura do livro de Colossenses, capítulo 3, versículos 22 a 24. Após a leitura bíblica, o Presidente solicitou à secretária da Casa que procedesse à leitura da ata da sessão anterior. Foi lida a Ata da 11ª Sessão Ordinária, realizada em 28 de abril de 2026, e a Ata da 12ª Sessão Ordinária, realizada em 5 de maio de 2026, ambas da Câmara Municipal de Assaí, Estado do Paraná, com a Mesa Executiva composta por Jorge Torquato Junior, Paulo Cezar Miyazaki e Neuza Costa Souza. A ata da sessão anterior foi colocada à disposição dos vereadores e, não havendo manifestações, foi considerada aprovada. Na sequência, a secretária da Casa procedeu à leitura das matérias constantes do expediente. Foram lidos pareceres das Comissões de Justiça e Redação, Finanças, Orçamentos e Tomada de Contas, e Educação, Saúde e Pública, referente ao Projeto de Lei nº 11/2026, de 13 de abril de 2026, de autoria do Executivo Municipal, que “Institui o plano Municipal de Cultura – PMC e dá outras providências; Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças, Orçamentos e Tomada de Contas, referente ao Projeto de Lei nº 15/2026, de 29 de abril de 2026, de autoria do Executivo Municipal, que “Institui o dia do tropeiro no âmbito do município de Assaí e dá outras providências”. As comissões opinaram favoravelmente à aprovação dos projetos. Foi também lido um comunicado de recebimento de recursos, detalhando transferências do Fundo Estadual de Esporte (FEER) no valor de R\$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais) e R\$ 88.140,00 (oitenta e oito mil, cento e quarenta reais), e recursos do Instituto Água e Terra, termo de convênio 198/2021, no valor de R\$ 63.791,35 (sessenta e três mil, setecentos e noventa e um reais e trinta e cinco centavos), referentes à implantação de um parque urbano. A Secretária Municipal de Finanças, Nilse Shinohata Menegazzo, assinou o comunicado. Encerrada a leitura das matérias, o Presidente declarou aberta a Ordem do Dia. O Projeto de Lei nº 07/2026, que “Abre crédito adicional e especial para o fim de incluir elemento referente ao consórcio público intermunicipal, no valor de R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos



# CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

## ESTADO DO PARANÁ

reais)", foi colocado em discussão. O Vereador Carlos Junior da Silva fez uso da palavra, explicando que o projeto visa a abertura de crédito para aquisição de massa asfáltica, possivelmente através do governo do estado ou diretamente pelo município. Ele ressaltou a necessidade de um paliativo para os buracos na estrada do Pau D' Alho, mencionando que o problema persiste desde o início do mandato e que o asfalto existente já apresenta novas falhas. O vereador expressou a expectativa de que o prefeito se sensibilize com os moradores daquele distrito e utilize o crédito para realizar o tapa-buraco, mesmo que o Estado não envie os recursos. O Presidente Jorge Torquato Junior fez uso da palavra, reforçando a urgência da aprovação do projeto para a aquisição de massa asfáltica. Mencionou ter conversado com o Secretário de Obras, que aguardava a aprovação do projeto para iniciar os reparos, inclusive em um buraco próximo à "vaca mecânica". O vereador enfatizou que a Câmara deve dar o subsídio necessário para que o Executivo possa executar os serviços de tapa-buraco na cidade e na estrada do Pau D'Alho do Sul. Não havendo mais vereadores inscritos para a discussão, o Presidente solicitou à Primeira Secretária que procedesse à chamada nominal para votação. Os vereadores Clésio Carlos Cruz, Paulo Hara, Rosano Custódio, Jorge Torquato Junior, Raidar Ahmad Ali Chehade, Alessandro Cezar Torquato e Carlos Junior da Silva votaram "Sim". O Projeto de Lei nº 07/2026 foi aprovado por unanimidade de votos em segunda e última discussão e votação. Em seguida, o Projeto de Lei nº 11/2026, que "Institui o Plano Municipal de Cultura e dá outras providências", foi colocado em discussão. O Vereador Carlos Junior da Silva fez uso da palavra, manifestando que, embora reconheça a importância de um plano municipal de cultura para a captação de recursos estaduais, criticou a forma como o projeto foi encaminhado à Casa, com pouco tempo para análise e sem o parecer jurídico adequado. Ele enfatizou a necessidade de os vereadores terem tempo hábil para ler e compreender os projetos antes da votação, a fim de poderem justificar seus votos à população. O Presidente da Câmara, Vereador Jorge Torquato Junior, esclareceu que o projeto não estava "engavetado" e que estava à disposição de todos os vereadores para leitura e consulta jurídica com o advogado da Casa. Afirmou que a Mesa não estava acelerando nenhum processo e que os projetos estavam sendo votados em primeira e segunda discussão, concedendo tempo hábil para análise. Não havendo mais vereadores inscritos para a discussão, o Presidente solicitou à Primeira Secretária que procedesse à chamada nominal para votação. Os vereadores Carlos Junior da Silva, Alessandro Cezar Torquato, Raidar Ahmad Ali Chehade, Jorge Torquato Junior, Rosano Custódio, Paulo Hara e Clésio Carlos Cruz votaram "Sim". A Vereadora Neuza Costa Souza, que não havia votado inicialmente, manifestou seu voto "Sim" para este projeto e para o anterior, justificando uma falha na ordem da votação. O Projeto de Lei nº 11/2026 foi aprovado por unanimidade de votos em primeira discussão. O Presidente, Vereador Jorge Torquato Junior, fez uma ressalva sobre uma fala de um radialista que teria afirmado que o projeto não estava passando por falta de parecer, o que, segundo ele, não correspondia à verdade, e que a Câmara seguiria o rito regimental. Em seguida, o Projeto de Lei nº 15/2026, de autoria do Executivo Municipal, que "Institui o dia do tropeiro no âmbito do município de Assaí e dá outras providências", foi colocado em discussão. O Vereador Rosano Custódio fez uso da palavra, afirmando que o projeto do tropeiro é uma indicação de sua autoria e questionou o motivo de ter ficado "calado" por tanto tempo, desde 2012, sem que o Executivo lhe desse a devida atenção. Expressou surpresa com a repentina valorização do projeto, que agora visa apenas alterar a data do Dia do Tropeiro. O vereador destacou a importância dos tropeiros para a sua vida e família, e a relevância da tradição tropeira. Declarou que não travaria o projeto, mas exigiu que, a partir de agora, o Executivo valorize e faça valer a importância dos tropeiros, sem deixar o projeto "calado" como nos últimos 14 anos. Mencionou a intenção de propor uma emenda na segunda votação. Criticou a forma como o Executivo estaria utilizando o projeto para se "aparecer" e



# CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

## ESTADO DO PARANÁ

mencionou o "tropeiro mirim", que representa a tradição com autenticidade. O Vereador Carlos Junior da Silva fez uso da palavra, expressando seu apoio ao Vereador Rosano Custódio e reconhecendo a sua luta e dedicação à cultura tropeira, que antecede seu mandato. Afirmou que o projeto não nasceu por acaso, mas da paixão e empenho do Vereador Rosano. Criticou a tentativa do Executivo Municipal de utilizar o projeto como uma ferramenta política para desviar a atenção de erros recentes nas festividades de 1º de maio, transformando o sonho do Vereador Rosano em conveniência política. Enfatizou que a população sabe reconhecer a verdadeira autoria moral de uma ideia e que reconhecer o mérito não diminui ninguém. Concluiu reafirmando seu apoio ao projeto e sua defesa por uma política de honestidade e respeito. O Presidente Jorge Torquato Junior fez uso da palavra, corroborando a fala do Vereador Rosano Custódio sobre a existência da Lei nº 1242 de 2012, que já instituiu o Dia do Tropeiro. Mencionou uma festa do tropeiro realizada em 2013 pelo ex-prefeito Luiz Alberto Vicente. Afirmou que o Projeto de Lei nº 015/2026 visa alterar a data do Dia do Tropeiro para 16 de agosto, o que considerou válido por estar muito próximo do Dia de Finados. O vereador defendeu a liberdade de cada vereador em participar de reuniões e defender suas bandeiras, sem que isso signifique estar contra outros vereadores. Relatou ter participado de uma reunião com tropeiros, onde esclareceu que a Câmara não possui recursos para festividades e que a organização cabe ao Executivo e aos próprios tropeiros. Mencionou a resolução de problemas como a ponte do Tigrinho, ressaltando que o importante é a solução, independentemente de quem a tenha solicitado. A Vereadora Neuza Costa Souza fez uso da palavra, endossando as palavras do Presidente Jorge Torquato Junior. Relatou ter participado da reunião com o prefeito e os tropeiros, juntamente com o Vereador Raidar, e que, apesar das críticas, foram por terem sido convidados. Afirmou que o Dia do Tropeiro é uma indicação do Vereador Rosano e que a culpa de sua ausência na reunião não era dos vereadores presentes. Expressou sua felicidade com a opinião dos tropeiros e a expectativa de que a festa seja um sucesso, torcendo para que a data se mantenha nos próximos anos, independentemente da gestão municipal. O Vereador Rosano Custódio fez uso da palavra novamente, agradecendo as palavras da Vereadora Neuza Costa Souza e do Vereador Carlos Junior da Silva. Afirmou que a ajuda dos colegas é importante, mas que duas pessoas, Mariana Leonardi e Dr. Paulo, "só vão atrapalhar e me empurrar bem longe dos tropeiros". Não havendo mais vereadores inscritos para a discussão, o Presidente solicitou à Primeira Secretária que procedesse à chamada nominal para votação. Os vereadores Clésio Carlos Cruz, Paulo Hara, Rosano Custódio, Neuza Costa Souza, Jorge Torquato Junior, Raidar Ahmad Ali Chehade, Alessandro Cezar Torquato e Carlos Junior da Silva votaram "Sim". O Projeto de Lei nº 15/2026 foi aprovado por unanimidade de votos em primeira discussão e votação. Encerrada a Ordem do Dia, o Presidente declarou aberta a fase de Explicações Pessoais. O Vereador Raidar Ahmad Ali Chehade fez uso da palavra, dirigindo-se ao Vereador Rosano Custódio e informando que, segundo conversas com participantes da reunião dos tropeiros, ele seria convidado para alguma atividade relacionada. O vereador Raidar, no entanto, afirmou não entender de tropeiros, mas sim de carros, e que seu foco é a população. Em seguida, abordou o sistema "Assaí Gov", relatando diversas reclamações da população sobre a dificuldade de acesso a consultas e medicamentos sem o cadastro. Classificou a situação como um "crime com a população" e defendeu que o cadastro deve ser feito com tempo hábil, não de forma abrupta. Mencionou casos de pessoas que não conseguiram pegar remédios e a necessidade de respeito e atendimento à população, independentemente do cadastro, especialmente em casos de dor e doença. Expressou sua preocupação com a saúde, citando problemas familiares, e a importância de pediatras especializados para as crianças. Colocou-se à disposição para acompanhar cidadãos ao hospital, postinho ou farmácia, e até mesmo ao promotor, caso o atendimento seja negado. O Vereador Rosano Custódio fez uso da



# CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

## ESTADO DO PARANÁ

palavra, corroborando as reclamações sobre o "Assaí Gov". Afirmou que o combinado era que o cadastro seria feito, mas que consultas e medicamentos seriam fornecidos normalmente, o que não estaria acontecendo. Convocou os vereadores a fiscalizarem a situação em conjunto. Parabenizou sua esposa por uma publicação no Facebook sobre a contratação de pediatras, que, segundo ele, demonstrou o poder da pressão popular. Criticou a contratação de apenas um pediatra para duas vezes por semana, considerando-o insuficiente para a demanda do município, e defendeu a contratação de mais profissionais, inclusive para atendimento 24 horas. Criticou a gestão municipal por não investir na saúde e educação, e por não atrair empresas, o que, em sua visão, leva à diminuição da população e beneficia a política do prefeito. Mencionou a previsão de queda da população para 6 mil habitantes. Cobrou a resolução de problemas em outras pontes, como a do Lauro Hayache e a próxima ao loteamento, que estariam intransitáveis. Concluiu incentivando a população do Pau D' Alho a se manifestar contra os buracos nas estradas. O Vereador Alessandro Cezar Torquato fez uso da palavra, criticando a "má gestão" e o "desgoverno" municipal. Afirmou que um pediatra 24 horas só existirá quando Assaí for uma "cidade inteligente de verdade", e não uma "farsa" para enganar a população. Reforçou as críticas ao "Assaí Gov", mencionando que hoje era o último dia para o cadastro e que, a partir de amanhã, quem não estivesse cadastrado teria o acesso a remédios e consultas negado. Convidou os vereadores e a população a procurá-lo caso o atendimento seja negado, para que possam ir ao promotor e fazer uma denúncia. Criticou o prazo curto para o cadastro e a situação de idosos e pessoas com dificuldade de locomoção em filas. Espera que a prefeitura tenha bom senso e prorrogue o prazo, evitando prejudicar a população. O Vereador Carlos Junior da Silva fez uso da palavra, sugerindo que a Câmara retome as transmissões das sessões pelo Facebook para dar transparência aos trabalhos, pois a população estaria cobrando e não acompanhando as ações dos vereadores. Discordou veementemente da postura do Presidente da Câmara em relação à reunião dos tropeiros, afirmando que o Presidente deveria defender os vereadores e não se submeter à pressão do prefeito. Relatou ter presenciado a frustração do Vereador Rosano Custódio na reunião. Criticou o descaso com a população em relação ao cadastro do "Assaí Gov", mencionando uma mãe com criança no sol e idosos esperando por horas. Questionou a falta de explicação pública do prefeito sobre o real motivo do "Assaí Gov". Reforçou que remédios básicos não podem ser negados, conforme a Constituição, e que a Câmara deve levar provas ao promotor caso isso ocorra. Concluiu cobrando a realização de uma audiência pública sobre a estrada do Pau D' Alho e a resolução dos problemas de buracos e mato alto, que estão causando prejuízos aos moradores. O Presidente Jorge Torquato Junior passou a presidência ao Vice-Presidente Vereador Rosano Custódio e solicitou permissão para uso da palavra. Prosseguiu respondendo às críticas sobre sua postura como Presidente. Afirmou que cada vereador é responsável por seus próprios atos e que sua função como presidente é organizar os trabalhos da Câmara e cuidar das despesas orçamentárias, não sendo responsável pelos atos individuais dos vereadores. Defendeu sua participação em reuniões, mesmo que outros vereadores não sejam convidados, e negou que sua presença signifique submissão ao prefeito. Mencionou as dificuldades diárias na documentação da reforma da Câmara. Reafirmou sua posição de base do prefeito, mas ressaltou que isso não o impede de ter sua própria opinião e de se posicionar quando necessário. Enfatizou que sua função é dar condições para que os vereadores possam legislar livremente. O Vereador Jorge Torquato Junior reassumiu a presidência. Ninguém mais desejando usar a palavra, o Presidente agradeceu a presença de todos, dos ilustres vereadores e dos funcionários da casa. Em nome de Deus, declarou encerrados os trabalhos da presente sessão.